

Novo CPC

O que mudou?

CPC-2015:

Art. 113. *Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;

III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

(...)

CPC-1973:

Art. 46. *Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;

III - entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;

IV - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

(...)

CPC-2015:

Art. 113. *Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;

III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

(...)

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

**QUANTO AOS EFEITOS
DO ATO DECISÓRIO**

UNITÁRIO

**COMUM OU
SIMPLES**

CPC-2015:

Art. 113. *Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;

III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

§ 1º *O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.*

§ 2º *O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.*

CPC-2015:

Art. 1.015. *Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:*

(...)

*VIII - **rejeição** do pedido de limitação do litisconsórcio;*

(...)

CPC-2015:

Art. 114. *O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.*

CPC-2015:

Art. 73. *O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.*

§ 1º *Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação:*

I - que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;

II - resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles;

III - fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família;

IV - que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

§ 2º *Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.*

§ 3º *Aplica-se o disposto neste artigo à união estável comprovada nos autos.*

CPC-2015:

Art. 246. *A citação será feita:*

I - pelo correio;

II - por oficial de justiça;

III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;

IV - por edital;

(...)

§ 3º *Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.*

CPC-2015:

Art. 114. *O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.*

CPC-2015:

Art. 115. *A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:*

I - nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;

II - ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.

Parágrafo único. *Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.*

CPC-2015:

Art. 190. *Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.*

Parágrafo único. *De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.*

CPC-2015:

Art. 113. *Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;

III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

(...)

CPC-2015:

Art. 115. *A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:*

*I - **nula**, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;*

*II - **ineficaz**, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.*

(...)

CPC-2015:

Art. 116. *O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.*

CPC-2015:

Art. 117. *Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.*

CPC-2015:

Art. 118. *Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.*